



EAD E ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: POLÍTICAS PÚBLICAS E USO DE TICS

EAD AND BRAZILIAN HIGHER EDUCATION: PUBLIC POLICIES AND USE OF ICT

EAD Y LA EDUCACIÓN SUPERIOR BRASILEÑA: POLÍTICAS PÚBLICAS Y USO DE LAS TIC

Ueudison Alves Guimarães¹, Roberto Carlos Farias de Oliveira², Maria Diva Silva Gomes³, Davi Oliveira da Cruz⁴, Leonardo Henrique Santos Mello⁵

e463386

<https://doi.org/10.47820/recima21.v4i6.3386>

PUBLICADO: 06/2023

RESUMO

O presente artigo faz uma revisão da literatura disponível sobre a Educação a Distância (EaD) e, também, apresenta um panorama das Políticas Públicas de educação brasileira, vistas como instrumento de inclusão social e democratização no Brasil. Como um fator potencializador da EaD apresenta uma breve revisão teórica acerca do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TIDCs), que são as ferramentas facilitadoras para o processo de ensino e aprendizagem nos ambientes educacionais, em especial na EaD. Em seguida, apresenta os resultados e análises de uma pesquisa realizada com estudantes de cursos superiores (graduação, especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado) na modalidade de Educação a Distância (EaD). A metodologia para este estudo foi a seleção e a análise de textos que orientam as Políticas Públicas voltadas para o Ensino a Distância. Estes estudo está estruturado em três partes, sendo que na primeira serão apresentados os conceitos e as concepções da Educação a Distância; na segunda, uma visão geral das Políticas Públicas voltadas para o Ensino a Distância, e na terceira a análise da pesquisa com estudantes de EaD, concluindo com as considerações finais e as referências.

PALAVRAS-CHAVE: EaD. TICS. Democratização. Ensino superior.

ABSTRACT

This article reviews the available literature on Distance Education (EaD) and also presents an overview of the Public Policies of Brazilian education, seen as an instrument of social inclusion and democratization in Brazil. As a potentiating factor of EaD presents a brief theoretical review about the use of Information and Communication Technologies (ICTs) and Digital Information and Communication Technologies (TIDCs), which are the facilitating tools for the teaching and learning process in educational environments, especially in EaD. Next, it presents the results and analyses of a research conducted with students of higher education courses (undergraduate, specialization, master's, doctorate and post-doctorate) in the modality of Distance Education (EaD). The methodology for this study was the selection and analysis of texts that guide public policies aimed at distance learning. It is structured in three parts, and in the first will be presented the concepts and conceptions of Distance

¹ Pedagogia – Universidade Luterana do Brasil – (ULBRA), Química – Faculdade Cidade João Pinheiro – (FCJP), Matemática – Centro Universitário Claretiano - (CLARETIANO), Geografia – Faculdade Mozarteum de São Paulo – (FAMOSP) e Física – Centro Universitário Faveni – (UNIFAVENI); Especialista em Gênero e Diversidade na Escola – (UFMT), Educação das Relações Étnico-Raciais no Contexto da Educação de Jovens e Adultos – (UFMT), Metodologia do Ensino em Química – (FIJ-RJ), Libras e Educação Inclusiva – (IFMT) e Docência para a Educação Profissional e Tecnológica – (IFES); Mestrando em Educação: Especialização em Formação de Professores – Universidad Europea del Atlántico - Espanha (UNEA), Mestrando em Tecnologias Emergentes em Educação (Must University) e Mestrando Nacional Profissional em Ensino de Física pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Doutorando em Ciências da Educação pela Facultad Interamer.

² Graduado em Letras/Literatura e em Artes Visuais. Pós Graduação Lato Sensu em Literatura Brasileira e em Arteterapia. Mestrado em Ciências da Educação e em Artes da Cena. Doutorando em Ciências da Educação.

³ Graduada em Pedagogia. Pós-graduada em psicopedagogia e Gestão Educacional. Mestrado em Educação e doutorando em Educação.

⁴ Graduação em Licenciatura Plena em Matemática. Pós graduação em Ensino da Matemática e da Física. Mestrado em Tecnologias Emergentes em Educação. Doutorando em Ciências da Educação.

⁵ Graduado em Sistemas de Informação / Engenharia de Software. Pós Graduação Lato Sensu em MBA em Gerenciamento de Projetos, Perícia Digital Forense, Docência Universitária. Mestrado em Educação e Doutorando em Sistemas Inteligentes e em Educação.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

EAD E ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: POLÍTICAS PÚBLICAS E USO DE TICS
 Uedison Alves Guimarães, Roberto Carlos Farias de Oliveira, Maria Diva Silva Gomes,
 Davi Oliveira da Cruz, Leonardo Henrique Santos Mello

Education: in the second, an overview of Public Policies focused on distance learning, and in the third the analysis of the research with distance education students, concluding with the final considerations and bibliographic references.

KEYWORDS: *Ead. ICT. Democratization. Higher education.*

RESUMEN

Este artículo revisa la literatura disponible sobre Educación a Distancia (EAD) y también presenta un panorama de las Políticas Públicas en la educación brasileña, vista como un instrumento de inclusión social y democratización en Brasil. Como factor potencializador de la EaD, se presenta una breve revisión teórica sobre el uso de las Tecnologías de la Información y la Comunicación (TIC) y las Tecnologías Digitales de la Información y la Comunicación (TIDC), que son las herramientas facilitadoras del proceso de enseñanza y aprendizaje en los entornos educativos, especialmente en EaD. Luego, presenta los resultados y análisis de una encuesta realizada con estudiantes de cursos de educación superior (grado, especialización, maestría, doctorado y posdoctorado) en la modalidad de Educación a Distancia (EaD). La metodología para este estudio fue la selección y análisis de textos que orientan las Políticas Públicas dirigidas a la Educación a Distancia. Este estudio está estructurado en tres partes, la primera de las cuales presentará los conceptos y conceptos de la Educación a Distancia; en el segundo, un panorama de las Políticas Públicas dirigidas a la Educación a Distancia, y en el tercero, el análisis de investigaciones con estudiantes de la EaD, concluyendo con consideraciones finales y referencias.

PALABRAS CLAVE: *EAD. TIC. Democratización. Enseñanza Superior.*

INTRODUÇÃO

Ao fazer uma reflexão sobre a evolução tecnológica pós pandemia, é possível apontar diversos fatores antagônicos que impulsionam as atividades educacionais em todas modalidades de ensino EaD. Para muitos pesquisadores do tema, a utilização da modalidade de Educação a Distância (EaD) não é nenhuma novidade. No final do século XIX, agricultores em todo o mundo já utilizavam essa ferramenta para o plantio e criação de animais, com o objetivo de aumentar os lucros. Com a inserção das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICS) e com a explosão da Internet, está contribuindo para a potencialização do conceito de aprendizagem a distância no mundo.

Em todo contexto de pesquisas, no que se refere às NTICS, nota-se que o Ensino à Distância tem se tornado uma realidade dentro das IES, tanto privadas quanto públicas. Segundo Pires (2001), “um fator que contribuiu fortemente para essa expansão foi o crescimento da rede mundial de computadores (Internet), em meados dos anos 90”, tornando-se a principal forma de convergência das tecnologias educacionais e tráfego da informação e conhecimento, por serem digitais e síncronas. Sobre a relevância do tema, Santos (2011) afirma que:

No Brasil, não é diferente, haja vista que os impactos do neoliberalismo que a sociedade brasileira vem absorvendo e as alternativas políticas que o país vem adotando a partir da década de 1990 “para se adaptar ao mercado competitivo globalizado interferiram direta e indiretamente no sistema educacional do país” (SANTOS, 2011, p. 1).

O pesquisador acrescenta, que o maior desafio no decorrer da história tecnológica de expandir e gerar acessibilidade ao ensino superior é pauta política para todas as nações desenvolvidas ou em vias de desenvolvimento.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

EAD E ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: POLÍTICAS PÚBLICAS E USO DE TICs
 Ueudson Alves Guimarães, Roberto Carlos Farias de Oliveira, Maria Diva Silva Gomes,
 Davi Oliveira da Cruz, Leonardo Henrique Santos Mello

No contexto atual, é preciso entender que capacidade de aprendizado é fator de extrema importância para o desenvolvimento humano e acesso à educação, principalmente, em um país como o Brasil, na qual há uma grande desigualdade social, política, ideológica, cultural e econômica, fatores esses que incentivam o debate de cunho educacional e de política pública sobre o papel da IES (Instituição de Ensino Superior) e o aumento da oferta de ensino na modalidade à distância. Assim, a concepção da escola, suas funções, o relacionamento com a comunidade, a aquisição do conhecimento e a formação pessoal, social e cultural se encontram em questionamento.

Por este olhar, “não resta dúvida de que a EaD entrou para a agenda governamental e a expansão na educação superior, verificada entre 2003 e 2006 [...] constitui-se um forte indicador dessa evidência” (KIPNIS, 2009, p. 212).

O presente artigo traz a teoria e o conceito de Educação a Distância (EaD), suas possibilidades de utilização intensiva no contexto das novas Políticas Públicas de educação, como instrumento de inclusão social e democratização no Brasil. Além disso, objetiva fazer uma revisão teórica acerca do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) como ferramentas facilitadoras para o processo de ensino e aprendizagem nos ambientes educacionais. Para melhor embasamento, foi realizada uma pesquisa com estudantes de cursos superiores (graduação, especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado) na modalidade de Educação a Distância (EaD).

Ao desenvolver uma reflexão sobre as Políticas Públicas Educacionais no Brasil, o artigo intenciona investigar, no contexto atual, se as políticas que estão vigentes, tratam a EaD como uma maneira de atender às demandas educacionais do país. Assim, tal artigo tem como objetivo geral, analisar se a Educação a Distância (EaD) no Brasil, pode ser tratada como instrumento ou ferramenta de democratização do acesso ao ensino superior. Dentre os objetivos específicos, trazer conceitos e concepções da modalidade EaD, entender as Políticas Públicas voltadas para a educação EaD no Brasil, e por fim, dentro das Políticas Públicas educacionais para o Ensino Superior, contextualizar o Ensino a Distância como uma possibilidade ou ferramenta de acesso.

Desta forma, a metodologia utilizada para desenvolver este estudo foi a seleção e a análise de um conjunto de obras, textos e legislações que orientam as políticas públicas, como verdadeiros aportes teóricos para uma compreensão do movimento histórico, sob uma perspectiva materialista histórico dialética, que vem contribuir para uma reflexão e compreensão da natureza das Políticas Públicas Educacionais voltadas para o Ensino a Distância (EaD).

Este trabalho se estrutura em três momentos. No primeiro será apresentada uma breve reflexão sobre os conceitos e concepções da Educação a Distância. No segundo, as Políticas Públicas voltadas para o Ensino a Distância, e no terceiro, algumas reflexões sobre a EaD como possibilidade de inclusão social e acesso ao Ensino Superior no Brasil. E finalizando, têm-se as considerações finais e as referências.

1 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: CONCEITOS E CONCEPÇÕES

Em se tratando de Educação a Distância, é importante ressaltar e destacar a contribuição de



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

EAD E ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: POLÍTICAS PÚBLICAS E USO DE TICS
 Uedison Alves Guimarães, Roberto Carlos Farias de Oliveira, Maria Diva Silva Gomes,
 Davi Oliveira da Cruz, Leonardo Henrique Santos Melo

diversos autores e estudiosos para construir uma teoria sobre essa modalidade. Segundo Hermida (2006, p.168), “do ponto de vista etimológico, a ‘Educação a Distância’ vem do grego tele (ao longe), e pode ser conceituada como o processo de ensino-aprendizagem mediado por tecnologias, onde professores e alunos ficam ‘separados’ espacial e/ou temporalmente”.

“Ao contrário da separação espacial, que normalmente marca a EaD, a separação temporal tem sido cada vez menos essencial para defini-la, já que novas tecnologias possibilitam realizar valiosas atividades síncronas” (MATTAR, 2011, p. 3). Chaves (1999, p. 6) ressalta que “Atualmente essa expressão está mais relacionada com a distância no espaço e enfatiza que ela tende a ser contornada por meio do uso de tecnologias de telecomunicação e de transmissão de dados, voz e imagens, predominantemente o computador”.

Mattar (2011) afirma que é possível dividir a história da EaD em três marcos importantes: o primeiro, trata-se dos cursos que eram realizados via correspondência; o segundo marco, seriam as consideradas “novas mídias” e as universidades abertas e, por fim, o estudo realizado a distância e *online*.

Os autores Moore e Kearsley (1996), em relação à EaD, identificam também a existência de três gerações:

A primeira, até 1970, se caracteriza pelo estudo por correspondência, no qual o principal meio de comunicação era composto por materiais impressos, geralmente um guia de estudo, com tarefas ou outros exercícios enviados pelo correio. A segunda, em 1970, quando surgem as primeiras Universidades Abertas, com design e implementação sistematizadas de cursos a distância, utilizando, além do material impresso, transmissões por televisão aberta, rádio e fitas de áudio e vídeo, com interação por telefone, satélite e TV a cabo. Finalmente, a terceira geração, a partir dos anos 90, é baseada em redes de conferência por computador e estações de trabalho multimídia. Assim, esta geração de cursos a distância está diretamente ligada ao uso do computador pessoal e da Internet, que viabiliza mecanismos para os estudantes se comunicar de forma síncrona (salas de chat – bate papo) e assíncrona (grupos de discussão por e-mail e *net meetings*) (MOORE; KEARSLEY, 1996, p. 338).

Segundo Barros (2003, p. 52), dois modelos educacionais predominaram no país dentro do contexto da Educação a Distância, “[...] a universalização das oportunidades e a preparação para o universo do trabalho”. Para Nunes (1992), o preconceito das pessoas em relação ao modelo de ensino a distância, fez com que houvesse diversas modificações ao longo de sua implantação nas universidades.

Com o passar dos anos, a Educação a Distância está cada vez mais conquistando a confiança dos seus usuários. Ela não consegue resolver todas as dúvidas educacionais, isto é fato, mas, preenche uma lacuna significativa na educação quando se trata de oferecer mais oportunidades para todos. Hoje, vivendo na chamada “Era Digital” as novas tecnologias têm revolucionado tal modalidade.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL

Para Bianchetti (1996, p.93-94), quando se trata das políticas educacionais inseridas no modelo neoliberal, dois aspectos importantes devem ser tratados:



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

EAD E ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: POLÍTICAS PÚBLICAS E USO DE TICS
Uedison Alves Guimarães, Roberto Carlos Farias de Oliveira, Maria Diva Silva Gomes,
Davi Oliveira da Cruz, Leonardo Henrique Santos Mello

Em primeiro lugar, as tendências teóricas coincidentes com essa concepção social e que têm relação com a proposta dos objetivos a serem alcançados pelo sistema educativo, no que se refere à formação e capacitação das pessoas. O segundo refere-se às políticas “para a educação” desenvolvidas pelo governo como parte das políticas sociais, que se refletem nas características e funções propostas para o sistema educativo (BIANCHETTI, 1996, p. 93-94).

Brzezinski e Santos (2015, p. 24), reforçam que, “... a compreensão da política inclui ainda outra concepção para qual a ação livre dos homens é definida como a base da política, na defesa da ideia de que é fundamental”.

Para Ball e Mainardes (2001, p. 13), a política é algo obscura, e ao mesmo tempo, pode ajudar a definir caminhos:

Na prática, as políticas são frequentemente obscuras, algumas vezes inexequíveis, mas podem ser, mesmo assim, poderosos instrumentos de retórica, ou seja, formas de falar sobre o mundo, caminhos de mudança do que pensamos sobre o que fazemos. As políticas, particularmente as políticas educacionais, em geral são pensadas e escritas para contextos que possuem infraestrutura e condições de trabalho adequadas (seja qual o nível de ensino), sem levar em conta variações enormes de contexto, de recursos, de desigualdades regionais ou das capacidades locais (BALL; MAINARDES, 2001, p. 13).

3 REGULAMENTAÇÃO DA EAD NO BRASIL

Segundo a Associação Brasileira de Educação a Distância - ABED (2014, p. 1), historicamente, a Educação a Distância no país, inicia-se nos meados do século XIX,

entretanto, no Brasil, as bases legais para essa modalidade foram estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394 de 20/12/1996, no art. 80 e regulamentado pelo Decreto nº 5.622, de 20/12/2005, que foi posteriormente alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007. Dentre outros documentos que tratam da regulação, supervisão e avaliação da educação a distância estão o Decreto nº 5.773 de 09/05/2006 e foram regulamentadas pela Portaria Normativa MEC nº 40, de 12 de dezembro de 2007 (república com alterações em 29/12/2010 revogando a Portaria Normativa MEC nº 2, de 10/01/2007 e foi alterada pela Portaria Normativa MEC nº 24, de 03/12/2012). Em 14 de janeiro de 2013, a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, SERES, publicou a Instrução Normativa nº 1, detalhando o processo de reconhecimento de cursos na modalidade a distância. Em 14/05/2013 a SERES emitiu Nota Técnica nº 309/2013 – COREAD/DIREG/SERES/MEC sobre aspectos dos processos de reconhecimento de cursos na modalidade a distância.

Na sequência,

Em 3 de abril de 2001, a Resolução nº 1, do Conselho Nacional de Educação estabeleceu as normas para a pós-graduação *lato e stricto sensu*, presenciais e a distância, que teve seus artigos 6 a 12 revogados pelo Resolução CES/CNE nº 1 de 8 de junho de 2007, a qual foi alterada pela Resolução CES/CNE nº 7, de 8 de setembro de 2011. Como resultado, as normas acabaram restringindo-se aos cursos de pós-graduação *lato sensu* presenciais e a distância. Os cursos de pós-graduação *stricto sensu* a distância passaram a ser analisados caso a caso pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES (ABED, 2014, p. 1).

Ainda para a ABED (2014, p. 1), referente à educação em nível superior e também a educação profissional em nível tecnológico, aquela instituição que tiver o interesse na modalidade EaD, deve realizar alguns procedimentos,



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

EAD E ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: POLÍTICAS PÚBLICAS E USO DE TICS
Uedison Alves Guimarães, Roberto Carlos Farias de Oliveira, Maria Diva Silva Gomes,
Davi Oliveira da Cruz, Leonardo Henrique Santos Mello

Como credenciar-se junto ao Ministério da Educação, solicitando, para isto, a autorização de funcionamento para cada curso que pretenda oferecer. O processo será analisado na Secretaria de Educação Superior, por uma Comissão de Especialistas na área do curso em questão e por especialistas em educação a distância. O Parecer dessa Comissão Versão será encaminhado ao Conselho Nacional de Educação. O trâmite, portanto, é o mesmo aplicável aos cursos presenciais. A qualidade do projeto da instituição será o foco principal da análise. Para orientar a elaboração de um projeto de curso de graduação a distância, a Secretaria de Educação a Distância elaborou o documento Indicadores de qualidade para cursos de graduação a distância, disponível no site do Ministério para consulta (ABED, 2014, p. 1).

Para os cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu* a distância,

A possibilidade de cursos de mestrado, doutorado e especialização a distância foi disciplinada pelo Capítulo V do Decreto n.º 5.622 de 2005, alterado pelo Decreto n.º 6.303 de 2007, pela Resolução n.º 1, da Câmara de Ensino Superior – CES, do Conselho Nacional de Educação – CNE, em 3 de abril de 2001, alterada pela Resolução CES/CNE n.º 1 de 2007. O artigo 24 do Decreto n.º 5.622/2005, tendo em vista o disposto no § 1.º do artigo 80 da Lei n.º 9.394, de 1996 (LDB), determina que os cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) a distância serão oferecidos exclusivamente por instituições credenciadas para tal fim pela União e obedecem às exigências de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento estabelecidos no referido Decreto e suas posteriores alterações. No artigo 6.º, a Resolução CES/CNE n.º 1, de 8 de junho de 2007, também conforme o disposto no § 1.º do art. 80 da Lei n.º 9.394/1996 (LDB), estabelece que os cursos de pós-graduação *lato sensu* a distância só poderão ser oferecidos por instituições credenciadas pela União. Os cursos de pós-graduação *lato sensu* oferecidos a distância deverão incluir, necessariamente, provas presenciais e defesa presencial de monografia ou trabalho de conclusão de curso (ABED, 2014, p. 2).

4 NOVO MARCO REGULATÓRIO DO ENSINO À DISTÂNCIA BRASILEIRO

Segundo Santos JR (2017, p. 1), o Ministério da Educação (MEC), publicou no Diário Oficial da União, no dia 21 de Junho de 2017, a Portaria Normativa MEC Nº 11 de 20 de junho de 2017, alterando as regras de atuação das instituições que ofertam Ensino Superior na modalidade EaD,

o Decreto 9.057 de 25 de maio de 2017 que ficou conhecido como novo marco regulatório para a educação a distância no Brasil. Um primeiro comentário, a Portaria foi publicada com pequenos equívocos na numeração de seus artigos e certamente será publicada uma retificação. Entretanto, estes pequenos equívocos não interferem na compreensão, visto que a intenção da numeração correta fica evidente na leitura do texto. Um aspecto muito importante sobre esta Portaria é que em descritivo das bases legais está mencionada a Resolução CNE/CES no 1, de 11 de março de 2016. Esta Resolução que até chegou a ser chamada equivocadamente por alguns analistas de novo marco regulatório da EAD, quando da publicação do Decreto 9.057/2017 foi objeto de releituras e crença por vários analistas de que seriarevogada ou profundamente alterada. Esta expectativa de revisão do seu conteúdo pelo Conselho Nacional de Educação ainda persiste por alguns de seus detalhes, mas, a considerar a citação dela na Portaria Normativa 11/2017, seu texto e, principalmente, suas definições, ainda devem ser consideradas como de grande relevância nos processos regulatórios e na atuação das IES.

Em linhas gerais, tal Portaria Normativa,

detalha procedimentos e traz especificações para as diretrizes que já estão definidas no Decreto 9.057/2017. Deste modo, para as IES particulares ela esclarece como ocorre o credenciamento de IES exclusivo para a modalidade EaD, como se trata a



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

EAD E ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: POLÍTICAS PÚBLICAS E USO DE TICS
Ueudson Alves Guimarães, Roberto Carlos Farias de Oliveira, Maria Diva Silva Gomes,
Davi Oliveira da Cruz, Leonardo Henrique Santos Mello

autorização de cursos que não tenham a previsão de atividades presenciais e, principalmente, especifica como passa a ocorrer a criação de polos EaD e os ambientes profissionais para realização de atividades presenciais ou estágio supervisionado (SANTOS JR, 2017, p. 1).

No Decreto 9.057, a portaria reafirma em relação ao credenciamento das instituições de ensino superior na modalidade de Ensino à Distância,

O novo marco regulatório quebra uma hegemonia que vem desde o ano de 2006, desde quando era praticamente impossível que novos *players* entrassem na disputa do mercado nacional. As dificuldades impostas pelo MEC para credenciar Instituições de Ensino Superior (IES) e autorizar a expansão de redes de polos de apoio presencial eram exageradas, e com muita demora na tramitação (SANTOS JR, 2017, p. 1).

Se tratando da renovação de autorização de funcionamento das instituições, o parágrafo terceiro do artigo afirma que a “oferta regular de curso de graduação, independente da modalidade, é condição indispensável para manutenção do credenciamento”. Deste modo, mesmo cadastrada na modalidade EaD, mesmo que ela tenha interesses apenas em cursos de Pós-Graduação (*Lato Sensu*), obrigatoriamente, a instituição de ensino deverá possuir um curso de graduação em atividade (SANTOS JR, 2017, p. 1).

Mas, uma IES com ato de credenciamento na modalidade presencial que mantenha cursos regulares de graduação poderá obter o ato de credenciamento EaD e por este atuar apenas com cursos de pós-graduação lato sensu.

Tratando sobre a autorização de cursos de graduação na modalidade EaD, mas ainda na sua vinculação com o ato de Credenciamento, a Portaria, como era de se esperar, não deixa dúvidas de que uma IES com autonomia universitária não precisará tramitar processo de curso, sendo necessário, apenas em sessenta dias após a obtenção do Credenciamento, informar, via sistema e-MEC, seus cursos com início imediato. Novamente, para mensuração do tempo de tramitação dos processos regulatórios, retomando o exemplo acima, um centro universitário ou uma universidade não precisará sequer de vinculação de processos de cursos, ou seja, tramitará apenas um processo regulatório com uma única visita *in loco* e já poderá operar na modalidade EaD (SANTOS JR, 2017, p. 1).

Nos trechos do novo Decreto 9.057/2017 e na Portaria Normativa 11/2017, fica claro que haverá mudanças na educação ofertada em nível superior brasileiro. Tem-se, assim, a possibilidade de expandir a EaD com o intuito de ofertar novas vagas, além da abertura de novas instituições e a renovação daquelas que já ofertam no mercado de ensino, de forma a atualizar e melhorar a qualidade do ensino disponibilizado e proporcionar maior credibilidade aos alunos que irão estudar via plataformas EaD.

5 EAD COMO INSTRUMENTO DE DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

Para a Associação Brasileira de Tecnologia Educacional (ABT), “a educação a distância é um dos únicos mecanismos do qual o país pode lançar mão para diminuir as diferenças sociais e dar dignidade a seu povo” (NISKIER, 2000, p. 16). Por isso, a grande procura por essa modalidade de ensino se dá, muitas vezes, porque ela proporciona maior flexibilidade de tempo além de possibilitar ao estudante de EaD que ele determine seu ritmo de aprendizagem.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

EAD E ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: POLÍTICAS PÚBLICAS E USO DE TICs
Ueudson Alves Guimarães, Roberto Carlos Farias de Oliveira, Maria Diva Silva Gomes,
Davi Oliveira da Cruz, Leonardo Henrique Santos Mello

A EaD, então, tem como principal objetivo levar a educação superior com maior qualidade às regiões mais distantes do país e possibilitar que todas as camadas sociais tenham acesso a ela. Por isso, é importante que seja tratada como uma modalidade educacional eficiente e apropriada tanto quanto a modalidade presencial (NICOLAIO; MIGUEL, 2010).

Por ser um veículo importante para inclusão social, a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) determina um tratamento diferenciado para essa modalidade, que inclui:

- I – custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens;
- II – concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;
- III – reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais (LOPES *et al.*, 2010, p. 191).

Essa nova modalidade de ensino, mediada pela tecnologia, aproximando discentes e docentes que não estão no mesmo local fisicamente, mas conectados por intermédio das TICs e das TIDCs, comprova que “o aprendizado acessível é um dos propósitos da Educação a Distância” (BONDIOLI E CARVALHO, 2015, p. 71). Automaticamente, o ensino nessa modalidade contribui significativamente para a redução das desigualdades sociais, além de proporcionar o acesso às pessoas portadoras de deficiência, sendo, portanto, inclusiva.

Há métodos de ensino e *softwares* adequados para atender cada tipo de deficiência. Assim, os deficientes visuais podem utilizar programas de áudio, como o *scan voice*, e material impresso em Braille, e o deficiente auditivo pode acompanhar as aulas com legenda ou linguagem de sinais (libras). Atualmente, encontram-se inúmeros *sites* e *blogs* onde ferramentas digitais que facilitam a transmissão do conhecimento a distância estão disponíveis. Pode-se citar o site *Distance Education Tools*, onde existe uma longa lista de programas especializados em educação inclusiva são disponibilizados gratuitamente (BONDIOLI; CARVALHO, 2015).

Além disso, Ferreira (2000, p. 09), salienta os dois olhares que a envolvem:

- Sob o olhar sociológico, a EaD é educação concebida da mesma forma que o ensino regular, sendo direito preliminar de cidadania, dever prioritário do Estado, política pública básica e obrigatória para ação de qualquer nível de governo. Logo deve ser considerada na Educação no mesmo contexto histórico, político e social em que se realiza como prática social de natureza cultural.
- Do ponto de vista pedagógico, a EaD deve ser encarada como um instrumento de qualificação que traz uma fundamental contribuição ao processo pedagógico e ao serviço educacional. Para confirmar esta afirmação, deve-se analisar seu potencial de utilização na capacitação e atualização dos profissionais da educação e na formação e especialização em novas ocupações e profissões. (FERREIRA, 2000, p.09).

Dentro dos conceitos de Petri (1996, p. 6),

a EaD é uma forma de educação que almeja a democratização do conhecimento, pois é uma alternativa pedagógica que permite a educadores e instituições de ensino levar conhecimento, onde este deve estar disponível, para qualquer um disposto a aprender, sem se apegar a estruturas tradicionais de ensino rígidas sem predeterminação de local ou horário (PETRI, 1996, p. 6).

Dessa forma, a democratização não ocorre apenas na esfera econômica, mas os bloqueios físicos (tempo e espaço) são rompidos. “É muito comum em cursos EaD vermos pessoas que há muito



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

EAD E ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: POLÍTICAS PÚBLICAS E USO DE TICs
 Ueudson Alves Guimarães, Roberto Carlos Farias de Oliveira, Maria Diva Silva Gomes,
 Davi Oliveira da Cruz, Leonardo Henrique Santos Melo

tempo pararam de estudar e voltam, como por exemplo, donas de casa, que cuidam da casa, filhos e trabalham e que viram na EaD formas de voltarem a estudar” (PETRI, 1996, p. 6). É por meio da EaD que é possível criar formas de acesso para aquelas pessoas que ainda estão afastadas ou isoladas digitalmente, tornando esta modalidade de ensino como um instrumento de inclusão social. Nesse ponto, Reis (2015, p. 6) complementa que,

O governo federal priorizou diversas ações que visam a inclusão digital, e consequentemente promover o EAD. Dentre as ações do Ministério do Planejamento, Gestão e Orçamento destacam-se: Banda Larga nas Escolas, Casa Brasil, Centros de Recondicionamento de Computadores (CRCs), Cidades Digitais, Computadores para Inclusão, Inclusão digital da juventude rural, Oficina para a Inclusão Digital, Projeto Cidadão Conectado - Computador para Todos, Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, Programa de Inclusão Social e Digital, ProInfo Integrado, Redes Digitais da Cidadania, Telecentros, Territórios Digitais e Um Computador por Aluno (REIS, 2015, p. 6).

Como forma de ilustrar os avanços da Educação a Distância no Brasil, destacamos aqui algumas experiências bem-sucedidas, como:

a experiência do Centro de Educação a Distância do Estado do Rio de Janeiro – Cederj, orientada para a interiorização e formação de professores; a experiência da Universidade Federal do Mato Grosso – UFMT, em relação à formação de professores em exercício; a experiência da Universidade Anhembi-Morumbi, no que diz respeito à incorporação dos 20% que pode ser a distância nos cursos presenciais; a experiência da FGV (Fundação Getúlio Vargas) *on-line*. A Unisul, de Santa Catarina, é uma experiência bem-sucedida de universidade comunitária, além da Universidade Corporativa do Banco do Brasil (MATIAS-PEREIRA, 2006, p. 49).

Dessa forma, é preciso aceitar que a educação nessa modalidade é fato mais que concreto em nosso país, cujo processo de ensino-aprendizagem realizado de forma a distância cumpre a função de diminuir os contrastes sociais, promove a inclusão não somente digital, mas, também social e garante ao cidadão o seu direito à educação em todos os níveis e, principalmente, ao acesso ao conhecimento.

6 AS TIC's E AS TIDC's ALIADAS À EDUCAÇÃO

Dois conceitos são fundamentais no processo da EaD: o conceito de TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação), bem comum no universo da educação e que corresponde às tecnologias que mediam os processos informacionais e comunicativos das pessoas, por exemplo, o Jornal, Rádio ou TV; e o conceito de TIDCs (Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação) que engloba equipamentos digitais, tais quais computadores, lousa digital, internet, dentre outros. Ambos se encontram, a cada dia, mais presentes na sociedade contemporânea, fazendo parte da grande maioria dos espaços sociais, como as instituições de ensino que muito tem se beneficiado delas. A utilização de tais ferramentas como recurso pedagógico possibilita a interação e o desenvolvimento de uma prática pedagógica diversificada e significativa. Por isso é fundamental que os professores encontrem nessas tecnologias um auxílio para tornar sua práxis mais acessível a todos os estudantes.

Tendo em vista esse panorama, é possível compreender como essas ferramentas tecnológicas atuam de maneira efetiva no ensino-aprendizagem, em especial na EaD, uma vez que a tecnologia



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

EAD E ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: POLÍTICAS PÚBLICAS E USO DE TICs
Ueudison Alves Guimarães, Roberto Carlos Farias de Oliveira, Maria Diva Silva Gomes,
Davi Oliveira da Cruz, Leonardo Henrique Santos Mello

mudou o modo de relacionar-se entre as pessoas (agora de maneira virtual), tornando-se parte integrante da cultura social. Nas escolas isso exige um engajamento maior e mais eficiente no seu uso, de maneira que venha trazer benefícios, assim como o incentivo para a aquisição das habilidades e competências.

Soares e Santos (2013, p. 310) afirmam que “a integração ao mundo tecnológico, midiático e informacional se impõe como uma exigência quase universal [...] o acesso aos artefatos tecnológicos [...] é, ao mesmo tempo, uma exigência e um direito daqueles que praticam a educação”. Diante disso, a educação, já distante dos métodos do passado, deve abraçar as novas ferramentas tecnológicas e todas as possibilidades oferecidas por elas com o intuito de potencializar o aprendizado.

De um modo geral, as TICs como ferramentas usadas para a educação podem

- criar maiores níveis de autonomia;
- ser um contributo inestimável nas áreas do desenvolvimento cognitivo, psicomotor;
- constituir um meio alternativo de comunicação e facilitador da realização de inúmeras tarefas;
- contribuir para uma mudança de estratégias que possibilitem encontrar respostas para alunos que possam estar afastados da escolarização;
- ser uma forma de ultrapassar barreiras físicas e socio emocionais (ALVES *et al.*, 2008, p.26).

Dessa forma, compreender que no processo de ensino na modalidade a distância, seja de qualquer nível, a tecnologia é fundamental para promover a interação entre os sujeitos, além de serem uma opção ainda maior de estudar e aprender com outros recursos, que não o livro apenas, como as redes sociais Youtube, Instagram etc.

Dentre as diversas potencialidades do uso das TICs e TIDCs na EaD estão a oportunidade de atender a um novo perfil de estudante mais conectado e disposto a utilizar a tecnologia como aliada do aprendizado, incentivando a sua maior autonomia no aprendizado. Além disso, passa a integrar o contexto da educação, estreitando as distâncias entre professores e estudantes, ampliando os limites da sala de aula – agora vista por uma janela mais ampla e rica, como a internet, por exemplo. Por contemplar o uso de recursos diversificados, capazes de promover maior engajamento dos estudantes, tornando, ainda, o processo de avaliação mais dinâmico. Em especial, durante a pandemia da COVID-19, a tecnologia foi fundamental para a educação que teve de se adaptar do modelo presencial para o modelo a distância.

Embora sejam evidentes todos esses benefícios, é preciso levantar também alguns desafios que as próprias tecnologias precisam ajudar a superar. Dentre eles, podemos destacar a falta de acessibilidade para determinados espaços e públicos estudantes, a falta de maior interação social entre os envolvidos, a dificuldade de concentração diante de tantas possibilidades da rede de computadores e, ainda, a falta de experiência com o ambiente virtual e todos os mecanismos. Mesmo assim, tais problemas não são agravantes para o desenvolvimento dos cursos na modalidade a distância, pois uma das formas de minimizá-los são a oferta de polos presenciais para encontros com tutores, laboratórios de informática disponíveis para os estudantes e cursos de ambientação.



7 MÉTODO

7.1 Contextualização e identificação dos participantes

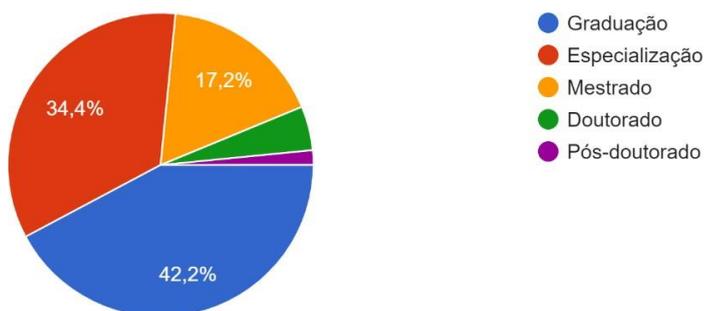
A fim de ampliar a relevância do tema, foi realizada uma pesquisa usando o formulário do *Google Forms*, divulgada por meio do aplicativo *WhatsApp* pelos estudantes pesquisadores, sobre as palavras-chaves “democratização da educação superior / políticas públicas / tecnologias”. Os dados foram coletados entre os dias 01 e 08 de abril de 2023, com amostras advindas de diferentes regiões do Brasil, sendo elas: Bahia, Brasília, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina entre outros.

Desse grupo, composto por 64 sujeitos, 69% declarou ser do gênero feminino e 31%, do masculino, não havendo entre os pesquisados quem declarasse ter outra identificação. Sobre a faixa etária desses estudantes, 48% está acima dos 35 anos, os 32% entre 25 e 35 anos e 19% tem até 25 anos, o que indica que não há uma idade certa ou apropriada para estudar e que isso pode acontecer quando os estudantes sentem a necessidade ou têm a oportunidade de iniciar ou continuar seus estudos.

Com relação ao tempo de estudo na modalidade EaD, a pesquisa registrou que 59% iniciou os estudos há 1 ano, que 23% há 2 anos, um pouco mais de 8% entre 3 e 4 anos e 9% há mais de 5 anos.

Quanto à titulação dos participantes, o gráfico abaixo apresenta que 42,2% dos entrevistados possuem apenas Graduação, já 34,4% possuem Especialização (*Lato Sensu*) e que 17,2% estão em nível de Mestrado (*Stricto Sensu*). Ainda, somando em níveis de Doutorado e Pós-Doutorado juntos, obtiveram 6,2% da totalidade.

Gráfico 1: Nível de formação dos participantes



Fonte: Elaborado pelos autores do artigo (2023) – *Google Forms*

As principais razões pelas quais esses estudantes decidiram fazer um curso superior na modalidade EaD, 46% indicam que esta opção se deu pela flexibilidade de horários e comodidade, pela economia de tempo e dinheiro e pelo acesso a cursos e instituições que não estão disponíveis presencialmente. Além disso, consideram que a flexibilidade para estudar no seu próprio ritmo, a possibilidade de acessar o conteúdo do curso a qualquer hora e em qualquer lugar e a maior facilidade de conciliar estudos com trabalho e outras atividades são os fatores facilitadores e determinantes na escolha de um curso ofertado a distância.

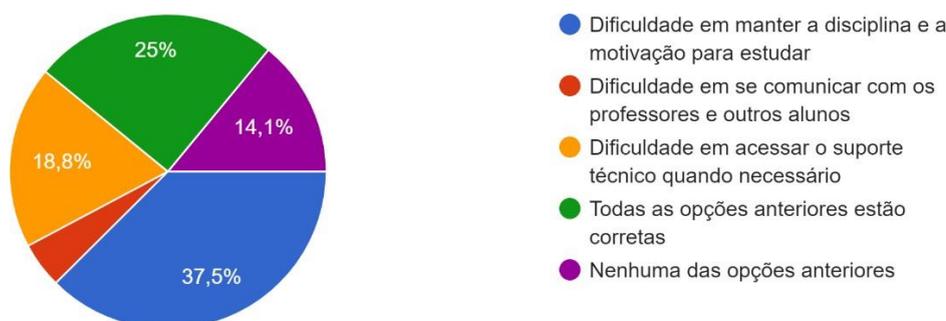


RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

EAD E ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: POLÍTICAS PÚBLICAS E USO DE TICS
Ueudison Alves Guimarães, Roberto Carlos Farias de Oliveira, Maria Diva Silva Gomes,
Davi Oliveira da Cruz, Leonardo Henrique Santos Mello

Mas, também existem as dificuldades encontradas (Gráfico 02) por eles ao fazer um curso nessa modalidade. Essas dificuldades podem ser causadas pelo fato de ainda estarem se adaptando à EaD, o que exige um comportamento diferente de um estudante presencial.

Gráfico 02 – Dificuldades encontradas no EaD



Fonte: Elaborado pelos autores do artigo (2023) – *Google Forms*

Segundo o gráfico acima, cerca de 37,5% tem dificuldade em manter a disciplina e não há motivação para estudar. Também 25% dos entrevistados possuem dificuldade em manter disciplina, motivação para os estudos, dificuldades em se comunicar com os docentes e discentes e dificuldades de acesso ao suporte quando há algum problema ou dúvidas. Já para 18,8%, as dificuldades são apenas no acesso ao suporte disponibilizado pela instituição de ensino. Por fim, tem-se 14,1% que disseram que não identificaram nenhuma dificuldade, e se deve, talvez, pela familiaridade com o uso das tecnologias ou pelas experiências anteriores com a EaD.

7.2 Sobre democratização do ensino superior

Em tempos pós pandemia da COVID-19, uma das soluções (oportunidades) que a educação teve de se adequar foi a oferta dos cursos superiores na modalidade EaD, que já existia há tempos, mas, que foi potencializada devido à necessidade de distanciamento social.

Nesse contexto, questionamos aos estudantes qual o principal fator que eles consideram ser um limitador do acesso à educação superior no Brasil. Dentre as respostas, a falta de recursos financeiros por parte dos estudantes foi o de maior destaque (54%) e a falta de vagas nas instituições públicas também foi considerada por 23% deles. Ainda foram citadas a falta de qualificação prévia (12%) e também a falta de interesse dos alunos (9%). Em relação à importância da modalidade EaD para a democratização do ensino superior, os estudantes reconhecem que é uma das principais formas de democratização (55%), mas também apontam que essa modalidade é importante, mas não é suficiente (45%).

Em relação à importância de ser mantida a qualidade do ensino superior ao mesmo tempo em que se promove a democratização, 52% dos estudantes destacou que isso pode ser feito por meio de investimentos em infraestruturas e em políticas públicas eficientes e eficazes.

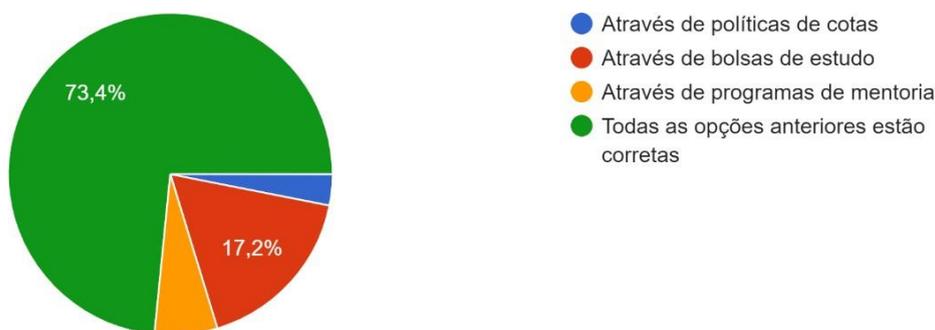


RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

EAD E ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: POLÍTICAS PÚBLICAS E USO DE TICs
Ueudson Alves Guimarães, Roberto Carlos Farias de Oliveira, Maria Diva Silva Gomes,
Davi Oliveira da Cruz, Leonardo Henrique Santos Mello

Sabemos que não se pode falar de democratização sem pensar nos grupos minoritários. Assim, ao serem questionados sobre o que deve ser feito para haver inclusão desses estudantes no ensino superior, dentre os itens de resposta, os sujeitos apontaram:

Gráfico 03 – Modalidade EaD



Fonte: Elaborado pelos autores do artigo (2023) – *Google Forms*

O gráfico demonstra que 73,4% dos entrevistados disseram que todas as políticas de cotas abordadas, bolsas e mentorias são importantes para ajudar o estudante a ingressar no ensino superior. Já 17,2% disseram que as bolsas de estudos são mais importantes para aqueles menos favorecidos e 9,4% consideram somente políticas de cotas e programas de mentorias. Nota-se que o estudante sente a necessidade de ajuda dos governantes para que possa ingressar no ensino superior.

7.3 Sobre o uso de tic's e tidcs na ead

É sabido que as TICs e as TIDCs são formas de potencializar a aprendizagem, tanto no presencial quanto na EaD, porque são ferramentas capazes de ampliar a absorção do conteúdo e a interação entre os envolvidos no processo, entre outros. Assim, ao serem questionados sobre o principal objetivo do uso delas no ensino superior, os estudantes identificaram que elas favorecem o acesso e a democratização do ensino e da aprendizagem (53%), melhoram a qualidade do ensino (23%), aumentam a eficiência da gestão acadêmica (14%) e que facilitam a vida do professor e do estudante (9%). Em relação às barreiras para o uso efetivo das TICs, os sujeitos identificaram a falta de infraestrutura adequada (37%), a falta de políticas públicas efetivas (31%), bem como a falta de recursos financeiros e a resistência de professores em utilizar novas tecnologias (15%).

Para eles, as TICs podem melhorar a comunicação entre professores e estudantes porque oportunizam maior contato através das plataformas virtuais de ensino, permitindo ainda o uso de *e-mail*, de redes sociais e de videoconferências (síncronas e assíncronas). Elas também auxiliam na avaliação da aprendizagem pois os professores podem fazer uso de plataformas de avaliação *online*, bem como usar *softwares* de simulação e jogos educativos capazes de diversificar do modo tradicional de avaliar apenas por meio de provas escritas.

Sobre a qualidade do ensino ofertado na modalidade EaD, 62% desses estudantes considerou que é boa em comparação ao ensino presencial; 28% considera que é pior e 9% que são iguais. No



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

EAD E ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: POLÍTICAS PÚBLICAS E USO DE TICS
Ueudson Alves Guimarães, Roberto Carlos Farias de Oliveira, Maria Diva Silva Gomes,
Davi Oliveira da Cruz, Leonardo Henrique Santos Mello

tangente à interação entre estudantes, percebe-se que é algo que precisa ser estimulada e/ou provocada, pois 42% consideram-na suficiente e 36% insuficiente e esse pode ser um fator predominante na avaliação dos cursos, já que no ensino presencial a interação entre professores/estudantes e entre estudantes/estudantes é fator importante, tanto no aprendizado quanto na socialização de conhecimentos e ideias.

Com relação ao suporte técnico oferecido pela sua instituição de ensino, 45% consideram satisfatório, 32% insatisfatório e 22% nunca utilizou ou precisou do suporte técnico. Além disso, quando questionados se recomendariam a outros estudantes fazer um curso superior, 62% sim; 8% não e 30% talvez. Essas recomendações podem ser analisadas do ponto de vista da experiência positiva ou negativa desses estudantes com a instituição, ou ainda pela facilidade que têm com a tecnologia que serve de intermédio entre eles e o curso.

Gráfico 04 – Medidas para aumentar o foco nas aulas do EaD



Fonte: Elaborado pelos autores do artigo (2023) – *Google Forms*

Em relação às rotinas de estudo pela EaD, um percentual de 56,3% dos estudantes organizam seu espaço de estudo com o intuito de se concentrar, reduzindo barulhos e minimizando as possíveis distrações. Já 20,3% somente adaptam o ambiente físico de estudo para minimizar as situações que os levem a distrações. Para 17,2% dos entrevistados, focam em medidas que reduzem as interrupções, como por exemplo, a utilização de aparelho celular, televisão, videogame e etc.

Considerando que essa modalidade de ensino exige que o estudante seja um pouco mais disciplinado, autônomo e organizado, e em meio aos afazeres diários, eles têm consciência do seu papel nesse processo e que precisam criar sua rotina e seu ambiente propício aos estudos de modo eficiente e eficaz.

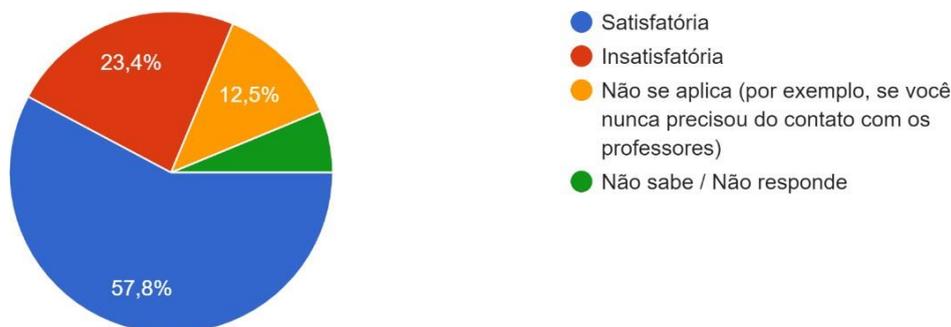
Em relação à disponibilidade e à comunicação entre estudantes e professores, 57,8% classificou-a com satisfatória, indicando que apesar da distância física, há conexões entre eles, o que é relevante para o processo educativo.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

EAD E ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: POLÍTICAS PÚBLICAS E USO DE TICs
Ueudson Alves Guimarães, Roberto Carlos Farias de Oliveira, Maria Diva Silva Gomes,
Davi Oliveira da Cruz, Leonardo Henrique Santos Mello

Gráfico 05 – Disponibilidade e Comunicação na EaD



Fonte: Elaborado pelos autores do artigo (2023) – *Google Forms*

Para 23,4% dos entrevistados, a comunicação e a disponibilidade dos docentes para sanar possíveis dúvidas é insatisfatória, ficando eles sem amparo para qualquer tipo de ajuda que precisarem. Já 12,5% dos internautas, disseram que nunca precisaram de ajuda dos docentes ou qualquer outro profissional (tutor) disponível pela instituição para sanar dúvidas ou problemas de conexão.

8 CONSIDERAÇÕES

Em face de toda essa revisão e análise de pesquisa sobre a Educação a Distância, a democratização do ensino em nível superior e uso das TICs e TIDCs como mediadoras desse processo, não se pode negar, de forma alguma, que é uma realidade que não tem como contestar. Independentemente do curso eleito pelo estudante – graduação, especialização, mestrado, doutorado – a modalidade EaD surge como uma potência e uma grande aliada à educação brasileira.

Os documentos legais já contemplam e organizam essa modalidade, e tanto instituições, professores e estudantes estão cada vez mais adentrando nesse nicho devido a fatores tais como a questão de espaço físico diminuído, nos chamados polos; a não exigência de deslocamentos e gastos com transporte; a redução de material didático, gráfico e de impressão; a facilidade de acesso com processos seletivos mais simplificados, entre outros. Além disso, a qualidade dos cursos e a não diferenciação entre um diploma obtido nessa modalidade pouco difere do presencial – lógico, a depender de cada estudante, como acontece em qualquer processo educativo.

Pela pesquisa realizada e pelo atual contexto em que vivemos, a EaD tende a crescer cada vez mais e abranger cursos, sendo mais acessível, alcançando os lugares mais remotos do Brasil.

Essa democratização do ensino superior ajuda a minimizar as barreiras sociais e culturais, promovendo os métodos pedagógicos para que sejam ampliados e modernizados. Percebe-se que ainda há um longo caminho a ser percorrido até que essa modalidade de ensino seja tratada como de igual pelos diferentes olhares, mas o governo precisa, além de incentivar e promover a implantação de polos, autorizar a abertura de cursos, manter uma avaliação eficiente e eficaz capaz de identificar os pontos que precisam ser corrigidos e potencializar os pontos fortes.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

EAD E ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: POLÍTICAS PÚBLICAS E USO DE TICs
 Ueudson Alves Guimarães, Roberto Carlos Farias de Oliveira, Maria Diva Silva Gomes,
 Davi Oliveira da Cruz, Leonardo Henrique Santos Mello

REFERÊNCIAS

ALVES, F. *et al.* As TICs nas dificuldades intelectuais e desenvolvimentais. **Diversidades**, v. 6, n. 22, 2008.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – ABED. **Regulamentação de EaD no Brasil**. Salvador: ABED, 2014. Disponível em: https://sead.ufba.br/sites/sead.ufba.br/files/regulamentacao_de_ead_no_brasil_abed_com_atualizacos.pdf. Acesso em: 10 abr. 2023.

BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson (Organizadores). **Políticas Educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.

BARROS, D. M. V. **Educação a Distância e o Universo do Trabalho**. Bauru-SP: EUDSC, 2003.

BEHRENS, Marilda. Projetos de aprendizagem colaborativa num paradigma emergente. *In*: BEHRENS, Marilda A.; MASETTO, Marcos T. MORAN, José M. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas: Papyrus, 2000.

BETTI, M. Mídias: Aliadas ou inimigas da Educação Física Escolar. **Motriz**, v. 7, n. 2, p. 125-129, jul./dez. 2001.

BIANCHETTI, Roberto G. **Modelo Neoliberal e Políticas Educacionais**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1996. São Paulo.

BONDIOLI, Ana Cristina Vigliar; CARVALHO, Renata. O Ensino a Distância como ferramenta de Inclusão Social: desafios sociais e tecnológicos. **II Seminário Internacional de Integração Étnico - Racial**, v. 1, n. 2, p. 91-95, 2015.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2023.

BRZEZINSKI, Iria; SANTOS, Cristiano Alexandre dos. **Sentido e Significados da Política: Ação e liberdade**. Brasília: Liber Livro, 2015.

CARVALHO, Ana Amélia Amorim. Rentabilizar a Internet no Ensino Básico e Secundário – Dos recursos e ferramentas on-line aos LMS. **Revista de Ciências da Educação**, n. 3, 2007.

CHAVES, E. Conceitos Básicos: educação a distância. **EduTecNet: Rede de Tecnologia na Educação**, 1999.

FERREIRA, Ruy. **A Internet como ambiente da Educação à Distância na Formação Continuada de Professores**. 2000. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2000.

HERMIDA, Jorge Fernando. A educação a distância: história, concepções e perspectivas. **Revista HISTEDBR Online**, Campinas, n. especial, p. 166-181, ago. 2006.

KEEGAN, D. **Foundations of distance education**. 2nd. Edition. London: Routledge, 1991.

KEEGAN, S. D.; HOLMBERG, B.; MOORE, M. G. *et al.* **Distance education International perspectives**. London: Routledge, 1991.

KIPNIS, Bernardo. Educação superior a distância no Brasil: tendências e perspectivas. *In*: LITTO, Fredric Michael; FORMIGA, Manuel Marcos Maciel. **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

EAD E ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: POLÍTICAS PÚBLICAS E USO DE TICS
 Ueudson Alves Guimarães, Roberto Carlos Farias de Oliveira, Maria Diva Silva Gomes,
 Davi Oliveira da Cruz, Leonardo Henrique Santos Melo

LOPES, Maria Cristina Lima Paniago; SALVAGO, Blanca Martín; PISTORI, Jeferson; DORSA, Arlinda Cantero; ALMEIDA, Déa Terezinha Rímoli de; Educação a Distância no Ensino Superior: uma possibilidade concreta de inclusão social. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 10, n. 29, p. 191-204, jan./abr. 2010. ISSN 1518-3483.

MATIAS-PEREIRA, José. Políticas Públicas de Educação no Brasil: a utilização da EaD como instrumento de inclusão social. **J. Technol. Manag. Innov.**, v. 3, Special Issue 1, 2008.

MATTAR, João. **Guia de Educação a Distância**. São Paulo: Cengage Learning: Portal Educação, 2011.

MOORE, M.; KEARSLEY, G. **Distance education: a systems view**. Belmont (USA): Wadsworth Publishing Company, 1996.

NICOLAIO, Kelly; MIGUEL, Luciana. A democratização do ensino por meio da educação a distância. Faculdade Internacional de Curitiba (FACINTER). **Revista Intersaberes**, v. 5, n. 9, 2010.

NISKIER, Arnaldo. **Educação a Distância: A tecnologia da esperança**. São Paulo: Ed Loyola, 2000. p. 16-17.

NUNES, I. B. Educação a Distância e o Mundo do Trabalho. *Revista Tecnologia Educacional*, n. 107, p. 73-78, jul./ago., 1992. In: LOBO NETO, Francisco José da Silveira (org.). **Educação a Distância: referências e trajetórias**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Tecnologia Educacional; Brasília: Plano, 2001.

PETRI, O. (org.). Educação a distância: uma prática mediadora e mediatizada. In: **Educação a distância: inícios e indícios de um percurso**. Cuiabá: UFMT, 1996.

PIRES, Hindenburgo, Francisco. Universidade, Políticas Públicas e Novas Tecnologias Aplicadas à Educação a Distância. **Revista Advir**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 22-30, 2001.

REIS, Márcia. **EAD como instrumento de inclusão social**. São Paulo: ABED, 2015. Disponível em: http://www.abed.org.br/congresso2015/anais/pdf/BD_335.pdf. Acesso em: 12 abr. 2023.

REIS, Marlene Barbosa de Freitas. **Política pública, diversidade e formação docente: uma interface possível**. 2013. 278f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, Instituto de Economia, Rio de Janeiro, 2013.

ROCHA, Célia. Inclusão social e digital de jovens com deficiência: relato de experiência. In: VALLE, Luiza E. Ribeiro; MATTOS, Maria José V. Marinho; COSTA, Wilson da Costa (Orgs). **Educação digital: a tecnologia a favor da inclusão**. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS JR, Jair dos. **Portaria Regulamenta Novo Marco Regulatório da Educação a Distância Brasileira**. São Paulo: ABED, 2017. Disponível em: http://www.abed.org.br/arquivos/Artigo_Portaria_Regulamenta_Novo_Marco_Regulatorio_EAD_SANTOS_JR.pdf. Acesso em: 06 abr. 2023.

SANTOS, Fabiano Cunha dos. **Uab como Política Pública de democratização do ensino superior via EAD**. Salvador: Universidade do Estado da Bahia, 2011. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0184.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2023.

SOARES, Conceição; SANTOS, Edméa. Artefatos tecnoculturais nos processos pedagógicos: usos e implicações para os currículos. In: LIBÂNEO, José Carlos. e ALVES, Nilda (Orgs.). **Temas de pedagogia: diálogos entre currículo e didática**. São Paulo: Cortez, 2013.